

Cultura inflacionária

JORNAL DO BRASIL
Vamireh Chacon *

Todos falam contra a recessão, ninguém fala contra a inflação; ninguém, como classe social ou categoria como hoje se diz, se lembra de pedir contenção, antes que venha a recessão indesejada das gentes, para se usar uma imagem de Manuel Bandeira.

Dois perigos voltam a nos rondar: um externo, embora velho conhecido, o da ameaça de outra alta internacional do petróleo, oriunda do Oriente Médio. Vencedor ou perdedor, o Iraque vai ter de sarar-lhe as feridas, portanto, inevitável a alta, qualquer que seja a sua proporção. O outro risco de cara ainda mais notória: a famigerada indexação que, ao vir de mansinho, não deve enganar. Logo quer estender-se por todos os lados, porque todos acabam reivindicando-a. É a cultura inflacionária, multissecular, perversa.

Porque quase ninguém, pelo menos nas cidades, ganha salário mínimo *familiar*. Nem lavador de carros, que não tem carteira assinada. A mulher dele trabalha. Outras pouparam, ainda mais do que se trabalhassem fora.

Em vez de reindexação — inflação automática com o céu (aliás, o inferno), por limite, a negociação direta: obtém-se com frequência índices acima dos tabelados. Que os empregadores se acostumem a ganhar menos, só se fala em crise no Brasil, quando ela atinge a classe média. Para os pobres, a crise é permanente, crônica, também multissecular, outra face da sociedade patrimonial gerando e gerindo o Estado cartorial. Suas migalhas são o clientelismo para manter aplacados os desvalidos, assim desestimulados à maior qualificação da mão-de-obra e à competitividade. Exceções as há, honrosas como sempre e também sempre sem conseguir fazer a regra.

Os maiores problemas do Brasil existem, mas na cabeça dos brasileiros. São problemas culturais, históricos. Não é piada, não. A tal carta de Pêro Vaz de Caminha termina mesmo pedindo a El-Rei um emprego para o genro (do missivista): um certo Jorge Osório, que andava pela ilha africana de São Tomé e queria naturalmente uma sinecúra na Corte, ele não era de ferro. O Caminha preparava o ânimo de Dom Manuél I, por estas e outras dito o Venturoso, com toda aquela paparicação, daí em diante célebre. Vale a pena ler a carta até o seu mais que esperto fecho, certidão de nascimento não só do Brasil, também do clientelismo nacional. Combatê-lo só pode dar muito trabalho.

Mas a aritmética prossegue a maior inimiga da ilusão: ninguém pode consumir mais do que produz, nem gastar mais do que ganha. A não ser com a mágica besta da inflação, emitindo papel-moeda como o mágico tira coelho da cartola. Aqui os coelhos terminam logo de papelão, sinônimo do comportamento do mágico.

É que, sem verdade financeira, não existe verdade econômica. Sofisma-se com equações, umas contra outras, não com a tabuada. Certos economistas deveriam saber mais tabuada e menos econometria.

A essa história, transformada em estória, de "esquerda" e "direita" já era. Onde está Gorbachev, onde está Boris Yeltsin, na esquerda ou na direita? Qual a esquerda e a direita

sovieticas hoje? Também lá, contra ou por cima de todos os dogmatismos, se vem chegando à conclusão de que também lá a aritmética é a maior inimiga da ilusão. Ninguém derrubou o Muro de Berlim, ele caiu por si, falido o sistema previdenciário ultrapaternalista, falido o sistema artificial planificado de preços perante o câmbio negro. Oficialmente, faltava tudo; pagando por fora pouco ou mais, quase tudo aparecia de debaixo do balcão. Vi isto pessoalmente neste ano na Hungria e na Alemanha ex-Oriental; todo mundo, que foi lá, viu. Por um passe de mágica, esta sim, para valer, porque no fundo não se trata de mágica, logo, desapareceram as antigas filas.

Não se precisa esperar que o bolo cresça para dividi-lo. Pode e deve ir-se dividindo enquanto cresce, maior incentivo para que cresça ainda mais e mais depressa. A distribuição dos lucros das empresas melhor se faz tornando todo mundo acionista. Como isto demora, em nossa cultura, entremos se institucionaliza a distribuição direta, sonho desde a Constituição de 1946, já naquele tempo não regulamentada. Aprender a distinguir os ganhos reais é que é o problema. Com apenas um inicial combate à sonegação, e já o orçamento estatal principia a apresentar saldos positivos.

Não se pode ser precipitado. Desformações culturais inflacionárias, tão profundas, não se corrigem da noite para o dia. A sociedade tem de aprender por si, sem tutela do Estado; este, sim, é que deve ser tutelado pela sociedade organizada, senhora dos seus destinos.

O Brasil necessita acostumar-se a domar o conflito, canalizando-o, em vez de negá-lo, escondendo o lixo em baixo do tapete, em lugar de espaná-lo de vez. Ventilação, para haver transparência.

O Brasil está procurando democraticamente, sem se recorrer a um general Pinochet ou um general Jaruzelski, aqui

não é Chile nem Polônia, pelo menos não deveríamos querer que fosse. A tenra planta da democracia brasileira, na imagem de um político da República Velha, aquela antes da Revolução de 1930, não a Velha República tão recente, está crescendo em meio a todos os testes-obstáculos. Que o mais novo Estado de Direito do Brasil, com presidente da República eleito pelo voto direto tão reivindicado, não se abale pela hiperinflação, perigo rondando as esquinas, maior que os demais e seu principal aliado, embora não diretamente seu causador.

Eliminado este óbice, permanecem as vantagens comparativas do Brasil, retornarão os investimentos estrangeiros e nacionais, o bolo se subdividindo à medida que cresce, não depois, para isto os sindicatos estão livres e já bastante aguerridos. Mas não se pode aprender a nadar sem entrar n'água, muitas vezes gelada, mais que numa fria. A extensão e o grau da recessão dependem do bom senso coletivo, os anglo-saxões chamam-no de senso comum. O Estado faz a parte dele ao aceitar a queda aritmética das ilusões, a sociedade faça a sua.

* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, analista político